



## APANHAR OU PASSAR FOME? A DIFÍCIL RELAÇÃO ENTRE DEPENDÊNCIA FINANCEIRA E VIOLÊNCIA EM PORTO ALEGRE, RS

Cibele Cheron<sup>1</sup>  
Elena Erling Severo<sup>2</sup>

*Para a mulher, ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve a nível de consciência, muito mais do que receber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio.<sup>3</sup>*

Numa perspectiva feminista, a violência conjugal está intimamente associada aos papéis designados ao homem e à mulher “[...] como a expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar”<sup>4</sup>. Em grande parte da literatura brasileira e norte-americana há o entendimento compartilhado de que a violência conjugal, da mesma forma que a violência doméstica, constitui violência de gênero<sup>5</sup>.

Conforme Heleieth Saffioti<sup>6</sup>, há uma ordem patriarcal na sociedade, a qual contribui para a continuidade da violência doméstica e familiar. Ao mesmo tempo, existem matrizes de gêneros, além das dominantes, em que é possível ressignificar as relações de poder. Não é possível pensar homens e mulheres alheios à categoria gênero e ao contrato patriarcal, mas isso não significa que eles estejam destinados inexoravelmente a se renderem à matriz dominante, detendo certa liberdade de escolha. Contudo, tal escolha é bastante restringida em contextos em que prevalece a dominação masculina e a ordem patriarcal é aceita como natural.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero – NIEM/UFRGS. Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: [iccibele@yahoo.com.br](mailto:iccibele@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Advogada. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: [eleninh@hotmail.com](mailto:eleninh@hotmail.com)

<sup>3</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979, p. 58.

<sup>4</sup> GREGORI, Maria Filonema. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993, p. 123.

<sup>5</sup> SOARES, Barbara Musumeci. *Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 125.

<sup>6</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. *Labrys, Estudos Feministas*, nº. 1-2, julho/dezembro 2002. Disponível em [http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/heleieth1.html](http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/heleieth1.html). Acesso em 23 de março de 2010.



A diferenciação entre os espaços público e privado associa o primeiro à produção, local do masculino, e o segundo à reprodução e ao cuidado, local do feminino<sup>7</sup>. É, também, reforçada a divisão sexual do trabalho, onde as distinções entre os sexos aparecem mais marcadamente. Homens e mulheres se reconhecem diferentes em seus hábitos, costumes e comportamentos, os quais são valorizados de modo desigual em suas responsabilidades<sup>8</sup>. Destarte, a conotação dos espaços relacionados ao homem e à mulher passa a influir na constituição da sociedade e na maneira como a mulher se apropria de seu espaço: “Assim, de acordo com os padrões de socialização estabelecidos por cada sociedade, os seres humanos aprendem quais tarefas podem ou devem desempenhar e a entender a ordem social como um fato natural.”<sup>9</sup>

A diferença baseada na designação do gênero, estabelecida como parâmetro do comportamento social, permite a manutenção da mulher no espaço privado. Muito embora os direitos sociais, econômicos e legais das mulheres formalmente assegurem igualdade, na prática não se assemelham aos dos homens, em função das diferenças culturais no trato dado ao feminino. Daí resulta a vulnerabilidade das mulheres frente à violência conjugal, vez que não possuem as mesmas chances de acesso a bens, poder e recursos disponíveis<sup>10</sup>.

O termo violência pressupõe abuso de poder, uma relação de forças em que há um desequilíbrio e, nessa medida, é usado como sinônimo de abuso<sup>11</sup>. Marilena Chauí adota o conceito de violência sob o prisma da “violação da liberdade e do direito de alguém ser constituinte de sua própria história”<sup>12</sup>. Porém, não se trata da transgressão de normas e leis e sim da expressão de uma normalidade que converte diferenças em relações hierárquicas com fins de dominação, exploração e opressão<sup>13</sup>.

A violência constitui um componente fundamental do adestramento das mulheres à ordem social patriarcal. A garantia de sobrevivência e de manutenção da família tem na obediência dos filhos e na submissão e dependência das mulheres a metodologia operativa da dominação patriarcal, terreno fértil para a ocorrência de abusos.<sup>14</sup>

---

<sup>7</sup> PRÁ, Jussara Reis. *(Re)socializar é preciso: aportes para uma releitura sobre gênero e juventude no Brasil*. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 85.

<sup>8</sup> ASTELARRA, Judith. La cultura política de las mujeres. In: LECHNER, Norbert (Comp.). *Cultura política y democratización*. Chile: Flacso, 1987. p.159.

<sup>9</sup> PRÁ, 2004, p. 87.

<sup>10</sup> Idem, p. 85.

<sup>11</sup> REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – Rede Feminista de Saúde – Regional do Rio Grande do Sul. *Dossiê: violência de gênero contra meninas*. Porto Alegre, 2005, p. 19.

<sup>12</sup> CHAUI, Marilena. “Participando do debate sobre mulher e violência”. In: CHAUI, Marilena; CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Célia; SOS-MULHER (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, vol. 4. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985, p. 35.

<sup>13</sup> Idem, p. 47.

<sup>14</sup> Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, 2005, p. 20.



A permanência das mulheres em relações marcadas por abusos físicos, psíquicos e morais é objeto de estudos como o de Barbara Hart<sup>15</sup>, para quem o enfoque central é a ordem social e os padrões de comportamento dela decorrentes. A autora identifica oito motivos principais que explicam a permanência das mulheres em relações abusivas, que podem ser sintetizados como segue: a) esperança de que o companheiro mude de comportamento; b) isolamento, provocado pelo companheiro que exerce controle absoluto sobre a mulher; c) negação social – banalização da violência ocorrida no âmbito doméstico por parte de especialistas que deveriam auxiliar mulheres inseridas em contextos de violência, quais sejam: médicos, advogados, autoridades policiais, líderes religiosos etc.; d) ameaças do companheiro quanto à integridade física da mulher e dos filhos, quando ela tenta romper a relação; e) crença no tratamento do agressor, quando esse ocorre; f) riscos do rompimento: temor da separação; g) ausência de autonomia econômica; h) despreparo material, psíquico e emocional para enfrentar o processo de separação.

Diante do quadro esboçado e tendo em vista os motivos acima arrolados, destaca-se a ausência de autonomia econômica para fins da presente análise, concatenando-a com a permanência em relações abusivas.

### *Violência e dependência econômica das mulheres*

Nas palavras de Saffioti,

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.<sup>16</sup>

Quando ligada ao fator econômico, a violência possibilita que as mulheres se sujeitem a relações abusivas por conta da dependência em relação aos companheiros. Na estrutura familiar assentada na hierarquia patriarcal, o homem é o chefe da família, a quem cabe o direito de tomar decisões e aplicar medidas que considere necessárias para manter e reforçar sua autoridade sobre a companheira e os filhos. À mulher cabe um papel secundário, em muito atrelado à dependência econômica do companheiro “provedor”. Nesse tipo de estrutura familiar é facilitada a presença da violência, fenômeno tolerado pela sociedade.

---

<sup>15</sup> HART, Barbara J. *Pennsylvania Coalition Against Domestic Violence*, 1992, Barbara J. Hart's Collected Writings, Minnesota Center Against Violence and Abuse, St. Paul, MN. Copyright © 1995-2004 Minnesota Center Against Violence and Abuse. Disponível em [http://www.pcadv.org/Resources/02-03\\_PCADV\\_Annual\\_Report.pdf](http://www.pcadv.org/Resources/02-03_PCADV_Annual_Report.pdf). Acesso em 18 de maio de 2010.

<sup>16</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O Poder do Macho*. São Paulo, Moderna, 1987, p. 50.



Essa situação é corroborada por dados de pesquisa, como a Ibope/Instituto AVON, que investigou, em 2009, “percepções e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher”. O motivo identificado pela maioria como responsável pela permanência das mulheres em relações em que são constantemente agredidas é a dependência econômica em relação ao parceiro.

**Gráfico 1 - Razões que levam a mulher a continuar com o agressor (uma opção)**



**Pergunta:** Na sua opinião, o que mais leva uma mulher a continuar numa relação na qual é constantemente agredida fisicamente e/ ou verbalmente pelo companheiro?

**Fonte:** Pesquisa IBOPE/Instituto Avon, entrevistadas 2002 pessoas, com 95% de confiança, entre 13 e 17 de fevereiro de 2009.

Pensando a dependência econômica em conexão com a rígida divisão de papéis e trabalho, em que a esfera produtiva é oposta à reprodutiva, podemos inferir como modelo de família considerada normal, aquele em que os homens são provedores e, as mulheres, responsáveis pela esfera doméstica. Tal tipo “normal” de arranjo familiar é propício, segundo Caroline Moser<sup>17</sup>, para tornar invisíveis as situações de conflito relacionadas à violência conjugal.

Não depender economicamente dos companheiros, portanto, permitiria às mulheres um maior controle sobre suas vidas e maior segurança para abandonarem relações abusivas, como explicita Rachel Soihet. A autora relaciona a autonomia econômica das mulheres e a ruptura das relações com companheiros agressores. A independência econômica está ligada à capacidade de gerar rupturas na condição de opressão feminina, ainda que as mulheres das classes populares, referidas por ela, trabalhem não para construir independência, mas em função da necessidade de sobreviver<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> MOSER, Caroline. *A theory and methodology of Gender Planning: Meeting Practical and Strategi gender needs*, Gender and Planing Working Papers. Nro.11. Developement Planning Unit. University College London, 1986.

<sup>18</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: DEL PRIORE, Mary(org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP/ Contexto, 1997.

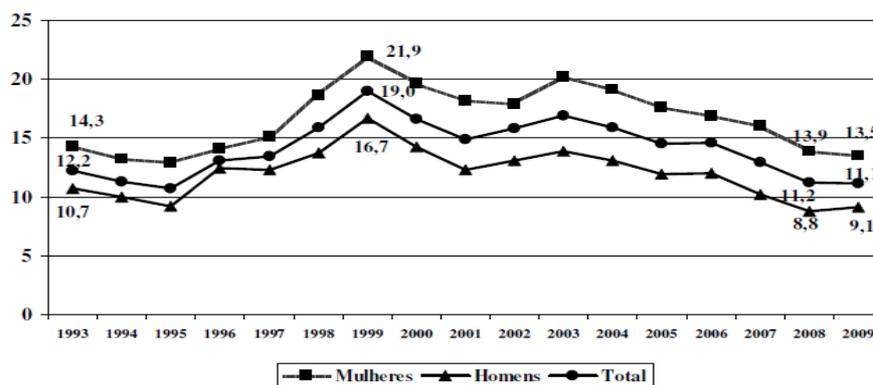


Apesar da conjuntura econômica não mais propiciar a existência do mencionado “modelo normal de família”, o ingresso da mulher no mercado de trabalho não está atrelado apenas à necessidade ou à sobrevivência. Existe também um componente que assinala a busca por seu papel na sociedade como protagonista.

*Em busca da autonomia econômica: a mulher e o mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre*

Consoante à inserção da mulher na força de trabalho, é comum encontrar evidências da desigualdade de condições em função do sexo. Tendo por base a Região Metropolitana de Porto Alegre, essa realidade se expressa em dados relativos a emprego, desemprego e renda. Em 2009, o contingente de desempregados foi estimado em 126 mil mulheres e 98 mil homens, perfazendo um percentual de desempregadas na ordem de 56,1%. A evolução da taxa de desemprego, por sexo, de 1993 a 2009, pode ser observada no Gráfico 2.

Gráfico 2  
Taxa de desemprego, total e por sexo, na RMPA — 1993 - 2009



Fonte: Convênio PED-RMPA: FEE, FGTS/SINE-RS, DIEESE, SEADE, PMPA e apoio MTE/FAT.

Segundo os dados avaliados, a taxa de desemprego apresenta-se sempre maior para as mulheres do que para os homens. Registra-se uma queda a partir do ano de 2003, mas a distância entre mulheres desempregadas e homens desempregados permanece em torno de 5 pontos percentuais.

Comparando dados referentes à renda, em 2009, nota-se o registro de um crescimento anual de 2% nos rendimentos médio real das mulheres, contra 4,3% de crescimento para os homens. No mesmo ano, a proporção do rendimento auferido pelas mulheres atingia 74,3% do masculino. Considerando as jornadas de trabalho diferenciadas entre os sexos, utilizando o valor



rendimento/hora, a razão entre o das mulheres e o dos homens realça o patamar de desigualdade, perfazendo 83,6%.

Valores arraigados na sociedade podem ser associados à práticas discriminatórias com referência ao gênero, que se fazem presentes no mercado de trabalho, influenciando desde a admissão ou rejeição em determinado posto ou na definição da remuneração a ser percebida pelo indivíduo. A partir da influência de tais valores, pessoas que apresentem atributos iguais, com exceção dos de gênero, são avaliadas de maneira diferente pelos empregadores ou pelos demais envolvidos na relação laboral, levando em conta apenas esses atributos. A discriminação direta, assim observada, é responsável pelo fato de o mercado remunerar de maneira mais adequada o homem em oposição à mulher. Assim, criam-se entraves à autonomia financeira das mulheres, levando algumas delas a se sujeitarem à permanência em relações abusivas.

#### *A dependência econômica em mulheres atendidas pela ONG Themis*

A fim de relacionar a dependência econômica com a permanência em relações onde a violência se faz presente, foram avaliados prontuários de atendimento de dezesseis mulheres, realizados pela Organização Não Governamental Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, localizada em Porto Alegre, RS, no ano de 2008.

Dentre as mulheres atendidas, quatro possuem o ensino fundamental incompleto, duas possuem o ensino fundamental completo, duas possuem o ensino médio incompleto, duas possuem o ensino médio completo, duas possuem o 3º grau incompleto, uma possui o 3º grau completo, duas são pós-graduadas e uma não respondeu. Destas, treze residem em Porto Alegre<sup>19</sup>, uma em Viamão, uma na Ilha da Pintada e uma em Alvorada. A faixa etária varia entre vinte e sessenta e quatro anos.

Algumas não possuem autonomia financeira por estarem desempregadas, outras não atuam na suas respectivas ocupações, somando-se a elas, as que ainda são iniciantes na carreira. Uma delas não respondeu se percebia alguma renda, e outra respondeu apenas que era aposentada, ambas com mais de sessenta anos. O maior salário é de aproximadamente R\$ 800,00 (oitocentos reais), percebido pela agente de saúde, Jurema<sup>20</sup>, de cinquenta e quatro anos, com um filho.

*Ele me bateu uma vez só e há muito tempo. Pegou no meu pescoço e apertava, apertava bem forte, mas só foi uma vez. Eu nem registrei ocorrência. [...] A gente era da Igreja, então ele estava possuído pelo demônio e estava bêbado. Ele bebia muito. Mas eu quero saber mesmo é da minha separação. Se ele quisesse voltar para mim eu aceitava, mas teria que mudar, sabe.*

<sup>19</sup> Cabe ressaltar que uma das mulheres residentes em Porto Alegre é proveniente da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. Mudou-se para não ser encontrada pelo seu ex-companheiro.

<sup>20</sup> A título de esclarecimento, todos os nomes utilizados ao longo da explanação da presente pesquisa são fictícios.



O menor salário, de R\$ 200,00 (duzentos reais), é percebido por Rita, com vinte anos e ensino fundamental completo. Sua renda provém de uma ajuda de custo alcançada por sua irmã. Ambas são babás.

*Ele me bateu no tempo em que estivemos juntos... Eu gostaria de saber se eu devo ou não entregar esses papéis que ele quer da nossa filha [referia-se à certidão de nascimento da menina]. Ele diz que é para o quartel, mas depois ele pode tirá-la de mim. A minha mãe e a mãe dele registraram contra ele. Eu sei que ele usa crack e cocaína. Não quero confusão.*

A advogada, Silmara, já estava divorciada quando conheceu o ex-companheiro, com quem viveu durante dez anos, numa relação conturbada, repleta de ameaças. Este possui um alto cargo na Polícia Civil de Ribeirão Preto. Tem dois filhos: um do primeiro casamento, e o outro de seu ex-companheiro. Atua como profissional liberal da advocacia, mas sem renda fixa.

*Tu sabes que a minha sorte é que eu sempre fui muito centrada, por isso coloquei todos os bens em nome do meu filho. Por ser assim, sempre consegui me proteger. Eu já não dormia mais porque ele ficava a noite inteira acordado quando não inventava de ficar ao meu lado com uma faca me ameaçando. É muito triste isso. [Chorava muito]. Ele parecia ser uma pessoa e quando me dei por conta já era outra. Devido a sua influência em na cidade ficou difícil de me desprender porque me ameaçava muito. Eu estou com medo de que ele descubra que agora estou aqui e me mate. Eu sei que ele pode encontrar o nosso filho pela Escola e saber onde estamos. Ainda bem que eu consegui passar todos os meus casos para uma colega porque tudo ele queria saber, eu tinha que esconder os meus processos. Chegou a um ponto que eu já não sabia mais o que fazer só rezava muito para que aquele tormento passasse o mais rápido possível. O meu filho estava sempre angustiado... [Choro]. E ainda, ele continua morando na minha casa e diz que vai entrar com uma ação de Usucapião. Pelo menos, agora, o menino está bem mais calmo, já interage com os colegas da escolinha. E quem está me auxiliando é o meu ex-marido. Ele é quem paga a escola dos meninos.*

Vânia, psicopedagoga, tem quarenta e cinco anos, três filhas e, por conta da proibição do ex-companheiro, não pode trabalhar e não possui renda.

*[...] já foi um parto para eu conseguir terminar meus estudos, quanto mais trabalhar. Enquanto eu redigia o meu trabalho para a Universidade com o objetivo de alcançar os critérios para eu me graduar, ele fazia com que eu mantivesse incansavelmente relações sexuais... Para tanto, fazia uso da medicação “Viagra”, por possuir dificuldades.[...] Se eu registrasse ocorrência seria pior, ele iria forçar mais ainda a situação. Aí com jeito, eu fui conseguindo fazer com que ele entendesse que o melhor era nos separarmos, afinal com louco a gente lida assim e eu posso não ser formada em psicologia, mas sei alguma coisa que ajudou e com o tempo a gente vai aprendendo [...] Eu não confiava muito na defensora pública porque ela conhecia o Luis e sabia da influência dele, não sei se ela fez tudo o que estava ao alcance dela, mas o importante é que é outra profissional que está atuando e nessa eu confio.*

Paula, com dezoito anos de idade, ensino fundamental completo, residente em Porto Alegre, trabalhava com divulgação (panfletagem) e possui uma filha, na época com um ano e seis meses de idade.

*Ele começou a me bater quando eu estava grávida. Daí eu tentei me matar e, isso aconteceu três vezes, e numa dessas vezes eu fui internada no Hospital. Agora por último ele me expulsou de casa e colocou minhas coisas num caminhão e eu não sei onde foram parar. Eu fiquei braba com ele porque sei que ele já tem outra e eu não deixei ele atender as ligações dela dentro de casa, então, ele me bateu com um banco. Eu me defendi e ele acertou meu braço. Eu quebrei o braço. Eu não tenho para onde ir, porque era ele quem pagava meu aluguel. [...] Eu não tenho para onde ir e não posso ir para os meus pais porque eles são machistas. Meu pai acha que mulher tem mais que apanhar mesmo para respeitar, e minha mãe depois que sai de casa a gente tem que se virar. E minha nenê está com ela [...] Eu estou com muito medo,... eu não quero ficar sozinha... Eu tenho medo*



*do que ele vai fazer depois... Eu ainda gosto muito dele... Eu gosto dele, mas assim não dá... Ele às vezes quer voltar, às vezes não, mas desse jeito não tem volta.*

Tânia, produtora cultural, com terceiro grau incompleto, possui renda fixa mensal que, pela característica instável de sua profissão, não passa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais):

*Eu não sei como conseguimos nos envolver com pessoas com esse comportamento. Não sei como permiti isso ir tão longe. [...] Eu estudei muito sobre ego para conseguir compreender toda essa situação. [...] Ele era bastante agressivo, mas nunca como dessa vez. A Brigada que ao chegar em minha casa percebeu que eu estava toda roxa e nos conduziu à Delegacia da Mulher [...] Ele nunca me pediu desculpas, mas no outro dia me oferecia chimarrão, tentava se aproximar.*

Sílvia possui o ensino médio incompleto e estava com trinta anos de idade. Tem três filhos. Labora em serviços domésticos, mas estava desempregada.

*[...] Ele me passou quatro tipos de doenças sexualmente transmissíveis e por isso e por tudo o que eu vivi com ele eu sofro de depressão. E até gostaria de saber, doutora, se tem como obrigar ele, se tem alguma medida, para que ele não faça mais isso com ninguém mais. [...] Ele me deixou toda roxa nos braços, olha aqui, doutora, estou toda roxa, mas só porque sou mais moreninha, e não aparece muito, não quiseram fazer o exame para provar que ele me bateu, lá na Delegacia onde eu fiz a ocorrência.*

Lúcia, com trinta e um anos de idade, possui o ensino fundamental incompleto, residia em Porto Alegre e tem quatro filhos. Não trabalhava.

*Eu quero me separar, né, porque ele está nos ameaçando de ter um caso, eu com meu filho Vinicius, de quinze anos, criado por ele desde um ano e seis meses. [...] Isso começou quando o Vinicius quis conhecer o pai biológico dele e ele não quer se tratar. Fazer o tratamento com psiquiatra que o psicólogo da UFRGS encaminhou, então eu não quero mais.*

Analisando casos de dependência financeira e sua relação com a violência conjugal nos EUA, Paula England faz uso da teoria marxista, na medida em que, nesta, é central a idéia de que a posse do capital traz vantagem e que, concomitantemente, quem não possui capital se vê forçado a vender seu trabalho àquele que o detém, ficando, assim, dependente deste último para ter acesso ao dinheiro e sujeitando-se ao seu controle:

*Assim, e por outras palavras, o fato de dependermos de outrem para termos dinheiro acarreta efeitos negativos para o nosso nível de vida e faz com que outros aspectos do nosso comportamento fiquem também sujeitos a controle. [...] na vida cotidiana, a dependência econômica das mulheres em relação aos homens confere a estes um poder tal sobre as mulheres que pode ser alienante para elas e inclusive afetá-las no seu bem-estar.<sup>21</sup>*

A assimetria de poder que favorece o homem, na relação conjugal, cria condições, no entender de England, para que as mulheres sejam tratadas com menos respeito e não influam nas decisões da família, desde o orçamento familiar à educação dos filhos, além de conferir a elas a sujeição ao companheiro. Cria-se, assim, o ambiente propício para a violência, num ciclo perverso do qual muitas mulheres não conseguem sair.

<sup>21</sup> ENGLAND, Paula. Dependência sexual, dinheiro e dependência econômica nos Estados Unidos da América: para onde apontam as tendências. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº. 49. Coimbra, novembro de 1997, p. 46.



### *Considerações Finais*

Diante do exposto, ressaltamos a importância da construção de autonomia financeira para mudar o cenário de violência conjugal. Importa aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e reduzir as desigualdades de gênero presentes nas relações laborais. Para tanto, é preciso que as mulheres não recebam sistematicamente salários menores do que seus colegas homens pelo mesmo trabalho; a informalidade e precariedade do exercício do trabalho devem ser erradicados, e, ainda, as políticas públicas devem visar à plena cidadania feminina, e não ter como enfoque prioritário o papel das mulheres na esfera doméstica, centrado na maternidade.

Mais do que a autonomia financeira, é preciso assegurar às mulheres autonomia econômica, pois inclui acesso à previdência e a serviços públicos, essenciais para o seu bem estar e o de seus filhos.

Novos estudos deverão analisar as políticas públicas direcionadas às mulheres, a fim de verificar seu real comprometimento com a cidadania e a emancipação feminina, e não com a instrumentalização de seus papéis na esfera reprodutiva e doméstica.

### *Referências Bibliográficas*

- ENGLAND, Paula. Dependência sexual, dinheiro e dependência econômica nos Estados Unidos da América: para onde apontam as tendências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 49. Coimbra, novembro de 1997, p. 45-66.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- GREGORI, Maria Filonema. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
- SOARES, Barbara Musumeci. *Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. *Labrys, Estudos Feministas*, nº. 1-2, julho/dezembro 2002. Disponível em [http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/heleieth1.html](http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/heleieth1.html). Acesso em 23 de março de 2010.
- PRÁ, Jussara Reis. (Re)socializar é preciso: aportes para uma releitura sobre gênero e juventude no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 79-119.
- ASTELARRA, Judith. La cultura política de las mujeres. In: LECHNER, Norbert (Comp.). *Cultura política y democratización*. Chile: Flacso, 1987, p.149-168.



REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – Rede Feminista de Saúde – Regional do Rio Grande do Sul. Dossiê: violência de gênero contra meninas. Porto Alegre, 2005.

CHAUÍ, Marilena. “Participando do debate sobre mulher e violência”. In: CHAUÍ, Marilena; CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Célia; SOS-MULHER (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, vol. 4. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

HART, Barbara J. *Pennsylvania Coalition Against Domestic Violence, 1992*, Barbara J. Hart’s Collected Writings, Minnesota Center Against Violence and Abuse, St. Paul, MN. Copyright © 1995-2004 Minnesota Center Against Violence and Abuse. Disponível em [http://www.pcadv.org/Resources/02-03\\_PCADV\\_Annual\\_Report.pdf](http://www.pcadv.org/Resources/02-03_PCADV_Annual_Report.pdf). Acesso em 18 de maio de 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O Poder do Macho*. São Paulo, Moderna, 1987

MOSER, Caroline. *A theory and methodology of Gender Planning: Meeting Practical and Strategic gender needs*, Gender and Planning Working Papers. Nro.11. Development Planning Unit. University College London, 1986.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: DEL PRIORE, Mary(org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP/ Contexto, 1997.

Informe PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT. Ano 19, nº. 5 (maio/2010). Porto Alegre: FEE, 2010.

IBOPE/Instituto Avon. *Percepções e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher*. Brasil: 2009. Disponível em <http://www.falesemmedo.com.br/conteudo/download/pesquisa/IBOPE-Pesquisa.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2010.